

**EDITAL Nº 1, DE 29 DE JUNHO DE 2020
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA****PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA****LÍNGUA INGLESA****COMPOSITION**

Espera-se que os (as) candidatos(as) identifiquem e discutam (considerando o período de 1992 a 2019) as atitudes e abordagens do governo brasileiro na busca de adquirir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, citando contextos e exemplos de ações executadas, sob as administrações dos Presidentes Itamar Augusto Cautiero Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inacio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Vana Rousseff (2011-2016), Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019-).

As discussões aceitas dos (das) candidatos(as) não precisam ter os contextos desenvolvidos de forma cronológica.

Por fim, com base no contexto histórico referente à atitude e abordagem do Brasil na busca de adquirir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, o (a) candidato(a) deverá apresentar brevemente as próprias opiniões sobre como o Brasil agirá no Conselho entre 2022 e 2023, tendo em vista a confirmação atual da respectiva cadeira para esse período.

Exemplos de respostas relacionadas à primeira parte da questão:

- No **governo do presidente Itamar Franco** (1992-1994, PMDB); (ministro das Relações Exteriores Celso Amorim): o governo teve uma abordagem ativa. Exemplos de elaboração: o governo estimulou uma reforma do Conselho de Segurança. “O Brasil estava ativamente engajado nas negociações de Nova Iorque e deixou claro que não aprovava a chamada “solução rápida” (admissão somente da Alemanha e do Japão). Em setembro de 1994, ao discursar na Assembleia Geral, Amorim lembrou de uma reunião do Grupo do Rio, em que líderes de 14 países da América Latina e do Caribe haviam reafirmado que a região deveria fazer parte do Conselho de Segurança da ONU”.
- No **governo do presidente Fernando Henrique Cardoso** (1995-2002, PSDB); (ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia): o governo teve uma atitude contida. Exemplos de elaboração: “Luiz Felipe Lampreia publicou um artigo de jornal no qual afirmava que o Brasil não estava “obcecado” com a ideia e que, conseqüentemente, não estava disposto a se subordinar ou a impor condições relativas a quaisquer objetivos de política externa em troca de um assento permanente. Na realidade, a posição oficial no governo de Cardoso era mais matizada. O Brasil não lançou uma campanha abertamente, mas, ao mesmo tempo, se preparou para assumir as responsabilidades de um membro permanente caso fosse escolhido para tal [...] Acredita-se que uma das razões para a abordagem cautelosa de Cardoso decorra de preocupações estratégicas com a Argentina, percebida como prioridade pelo governo brasileiro. Ademais, para afirmar que entrar no G8 era mais importante para o Brasil, Cardoso até sugeriu que, entre um assento no Conselho de Segurança e amizade com a Argentina, ele escolheria a segunda opção (CARDOSO, 2006). Após o Plano Razali, o presidente argentino, Carlos Menem, insinuou ser contra a candidatura do Brasil, pois esta poderia acabar com o equilíbrio de poder na América do Sul. Isso levou a uma rápida reação do governo brasileiro. Cardoso assegurou-se de tranquilizar pessoalmente seu colega em conversas privadas. Lampreia foi à imprensa defender os interesses do Brasil e prometeu trabalhar para que a região pudesse ser representada em sua totalidade no Conselho de Segurança. [...] Como não se chegou a uma decisão final na ONU sobre o resultado da reforma, consultas bilaterais entre o Brasil e a Argentina permaneceram inconclusivas. A reforma do Conselho de Segurança recebeu mais atenção no início do governo de Cardoso, com o pico em 1997, e perdeu certa relevância nos anos seguintes, até que praticamente desapareceu da agenda em 1999 e 2000, apenas para retornar timidamente em 2001 (BRIGIDO, 2010). Essas mudanças na ênfase foram influenciadas, até certo ponto, por outras prioridades

domésticas, os efeitos da crise econômica mundial no Brasil e o desaparecimento do impulso para a reforma das Nações Unidas após as falhas de meados da década de 1990”.

- No **governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva** (2003-2010, PT): (ministro das Relações Exteriores Celso Amorim): o governo teve uma abordagem ativa. Exemplos de elaboração: o presidente “trouxe Amorim de volta para ser seu ministro das Relações Exteriores e se engajou pessoalmente na diplomacia presidencial por todo o mundo, sistematicamente mencionando a questão tanto em reuniões bilaterais quanto em encontros multilaterais, tornando-o um assunto frequente em declarações conjuntas por todo o mundo (AMORIM, 2011; DE CASTRO NEVES, 2012; LESSA, 2010; VIGEVANI & CEPALUNI, 2012). A liderança brasileira do comando militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), estabelecida em abril de 2004, contribuiu para fortalecer a ideia de que o Brasil era capaz de aceitar responsabilidades crescentes na área de segurança multilateral. A criação do G4, em setembro de 2004, formado pelo Brasil, pela Alemanha, pela Índia e pelo Japão, foi outro passo crucial para que se encontrasse aliados e se defendesse a causa da reforma. Os quatro países, com base no “firme reconhecimento de que são candidatos legítimos a membros permanentes em um Conselho de Segurança expandido”, se prometeram apoio mútuo.
- No **Governo da presidente Dilma Rousseff** (2011-2016, PT) (ministro das Relações Exteriores Celso Amorim): a abordagem do governo inicialmente continuou a mesma do governo anterior. Exemplos de elaboração: “Quando o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, estava prestes a realizar uma visita a Brasília em março de 2011, Amorim publicou um artigo exortando-o a apoiar a intenção brasileira de ter um assento permanente como um país em desenvolvimento com influência em várias áreas, incluindo a segurança internacional. O “exemplo perfeito” que ele mencionou foi o *tour de force* diplomático brasileiro (juntamente com a Turquia) nas negociações sobre o programa nuclear do Irã, que haviam levado à Declaração de Teerã no ano anterior. [...] O Brasil defendia uma “multipolaridade benigna” no governo de Rousseff, mas suas prioridades estavam em outras áreas, dada a desoladora situação econômica doméstica e sua conhecida indiferença pessoal a questões de política externa (DE JESUS, 2014). Mudanças de tom podem ser identificadas em seu distanciamento geral da diplomacia da ONU. Mesmo assim, Rousseff participou de uma cúpula de líderes do G4 em setembro de 2015, a segunda a ser realizada (a primeira havia ocorrido em 2004).”
- No **governo do presidente Michel Temer** (2016-2019 PMDB) (ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira). O governo teve uma abordagem ativa. Exemplos de elaboração: Em setembro de 2018, Ferreira participou de uma reunião em Nova Iorque com representantes dos países do G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão). Ele reiterou o suporte brasileiro a uma expansão do Conselho de Segurança das Nações Unidas.
- No **governo do presidente Jair Bolsonaro** (2019-) (ministros das Relações Exteriores: Ernesto Araújo, e recente: Carlos França). O governo tem tido uma abordagem ativa. Exemplos de elaboração: o governo participou de diferentes reuniões e buscou um assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em setembro de 2019, os ministros das Relações Exteriores dos países do G4 (incluindo o Brasil, com o senhor Ernesto Araújo) se reuniram durante a 74ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque. Araújo reiterou o forte compromisso do Brasil com uma reforma precoce e abrangente do Conselho de Segurança, como imaginado pelos líderes de Estado e governo na Cúpula Mundial de 2005. Ele destacou a importância de esforços que objetivassem a reforma das Nações Unidas e a atualização de seus principais órgãos decisórios, para melhor refletir realidades contemporâneas. Ele também enfatizou que uma expansão do Conselho de Segurança em ambas as categorias é indispensável para que tal órgão se torne mais representativo, legítimo e eficaz, melhorando assim sua capacidade para lidar com os complexos desafios que o mundo hoje enfrenta com relação a questões de paz e segurança internacional.

Referências

Garcia, Eugenio V.; Coelho, Natalia B.R. “A Seat at the Top? A Historical Appraisal of Brazil’s Case for the UN Security Council”. *SAGE Open*. July-September 2018, p. 1–13, with adaptations.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/internacional/noticia/2018-09/brazil-germany-japan-india-call-un-security-council-overhaul>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/meeting-of-the-foreign-ministers-of-the-g4-countries-brazil-germany-india-and-japan-united-nations-security-council-reform-joint-press-statement-new-york-25-september-2019>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/06/11/brasil-volta-a-fazer-parte-do-conselho-de-seguranca-da-onu.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

TRANSLATION – ENGLISH-PORTUGUESE

Qualquer discussão acerca da filosofia, estrutura ou operação subjacentes às relações internacionais começa com o conceito de soberania. Vista como “autoridade suprema”, é a base operacional tanto da vida política internacional quanto doméstica, embora tenha efeitos opostos nas duas áreas. Desde que surgiu como o princípio organizacional fundador da política mundial na segunda parte do século XVII, é, e tem sempre sido, uma fundação um tanto controversa para as questões mundiais. Questões como o local da soberania e a extensão de poder de que ela investe seus possuidores foram permeadas por contendas, e os conceitos têm evoluído ao longo do tempo. Discordâncias acerca da soberania são elementos evidentes em alguns debates sobre a ordem internacional em desenvolvimento, e o ataque à sua função básica é parte integrante das conferências internacionais.

As nações do século XVII viram o poder político ser arrancado da igreja e posteriormente ser atribuído a autoridades seculares. Essa transferência de poder foi acompanhada da efetiva instalação da soberania como a base das relações entre comunidades políticas seculares. Um resultado final desse “casamento” foi a associação entre soberania e jurisdições políticas territoriais. Espelhando o período político no qual esse conceito se tornou o termômetro de um sistema evolutivo secular baseado no Estado, a soberania começou como um princípio que legitimava e promovia o autoritarismo. Esse princípio foi contestado com a ascensão do pensamento democrático, sugerindo-se que a soberania era uma característica não apenas do governante, mas também dos governados. Dessa contestação aflorou a noção moderna de soberania popular.

Referências

Snow, Donald M (2019) *Cases in International Relations – Principles and Applications*. Rowman & Littlefield, 8th ed., 2019. pp. 3-4, with adaptations.

TRANSLATION – PORTUGUESE-ENGLISH

Modern techniques of genetic mapping permitted the quantification of what is there for all to see. While in the United States only 1% of the white population possesses some form of African origin [*ancestry*], the majority of whites in Brazil—about 60%—belong to African or Amerindian lineages in terms of maternal ancestry. The genetic entwining [*interweaving*] is reflected in the way that Brazilians classify themselves, when they are asked to define their complexion: from *galega* (light-skinned) to *sarará* (mixed) and from *meio preta* (half black) to *cor de canela* (cinnamon complexion) and *puxa para branca* (half white), the color [*chromatic*] lexicon branches off into a vast and anarchic web of definitions [*classifications, designations*].

The language of a people is not just an instrument of communication in practical life: it incorporates symbolic and figurative elements of culture and brings a specific way of thinking and feeling registered [*inscribed*] in itself. There is a form of life embedded in our spoken language—the *language speaks*. For that reason [*consequently*], while the presence of African Indigenous terms and expressions in North American English is reduced [*scarce, rarefied*] (even though it is not void or non-existent), it shines through [*transpires*] in a ubiquitous [*pervasive*] way in Brazilian Portuguese. The permeability of Portuguese-Brazilian culture to the cultures of African and Amerindian roots translates into our daily speech, and as the findings and examples of the Bahian anthropologist Antonio Risério reveal with exuberance, the areas that have the most linguistic influence are exactly those in which the African Indigenous presence came to be a part of [*came to integrate*] the DNA of our culture: the erotic-affectionate; moral and customs; culinary; music and dance, not to mention, of course, the broad field of botanical, zoological and toponymic terms where the presence of Tupi is prominent. The mixture [*blending*] of languages of the “invent-languages” people is the mixture [*combination*] of genes through other ways [*means*]. “What does this language want, what can it do?”

Referências

GIANNETTI, Eduardo. *Trópicos Utópicos: uma perspectiva brasileira da crise civilizatória*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, com adaptações.

SUMMARY

The author describes the smile revolution from the late eighteenth-century in France until the middle of the twentieth century in the USA. The first innovation took place in France with portraits made by Vigée Le Brun in 1787. At her time, mainly women were portrayed showing a smile. Later, there were artistic movements that did show the open mouth in painting, but always in a contrived or unpleasant fashion. Mona Lisa's smile was considered an acceptable smile, because it was a soft and kind smile. Since Antiquity, when an open mouth was portrayed, it was always to show strong emotions or to depict a poor or a deranged person. The first monarch to be shown in a painting displaying a smile was Queen Victoria. But the painting was kept private, and it was a personal gift to Prince Albert. The trend of painting a smile in the end of the nineteenth century began with female artists. The author states that with the invention of photography, portraits could have been more life-like, but they still didn't show a smile, owing to technical issues. The long time it took to take a picture hindered the sitter from holding a smile or a pose. If in the eighteenth century people would like to imitate heroes from novels, in the twentieth century, people started to imitate heroes from the cinema. The author asserts that in the film industry, the emulation process was even stronger. Additionally, the images of actors smiling became more common in publicity. Influenced by cinema, politicians and people in general started to take photos wearing a smile. In the 1960s, Andy Warhol commented about the superficiality and automatism of smile in his series of portraits of Marilyn Monroe.

Referências

Jones, Colin (2017). *The Smile Revolution in eighteenth-century Paris*. Oxford University Press, with adaptations.

Brasília-DF, 3 de agosto de 2021.

Coordenação Pedagógica
Instituto Americano de Desenvolvimento – IADES